

## **Políticas culturais de longo prazo: estudo comparativo entre o Plano Nacional de Cultura do Brasil e da Colômbia**

**Paula Félix dos Reis<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

As políticas culturais dos governos geralmente acompanham o período de uma determinada gestão, sem previsão de continuidade, após a mudança dos dirigentes públicos. Os governos brasileiro e colombiano apresentam experiências que se contrapõem a esta realidade, propondo Planos Nacionais de Cultura (PNC) com vigência decenal. Este trabalho propõe um estudo comparativo destes planos, buscando identificar similaridades e divergências, a partir de análises envolvendo o processo de formulação dessas políticas, a estrutura final dos documentos e os conteúdos apresentados.

**Palavras-chave:** Políticas Culturais. Planos Nacionais de Cultura. Brasil. Colômbia.

### **ABSTRACT**

The cultural policies of governments usually accompany the period of a particular management without forecasting of continuity after the change of public administrators. Brazilian and Colombian governments have experiences that contradict this reality, proposing National Plans of Culture lasting ten years. This work proposes a comparative study of these plans in order to identify similarities and differences from analyzes involving the process of policy formulation, the final structure of documents and the contents.

**Keywords:** Cultural Policy. National Plans of Culture. Brazil. Colômbia.

### **Introdução**

Os resultados de uma política cultural dependem de muitos fatores, a exemplo do estabelecimento de ações e estratégias pensadas continuamente. Esta não é uma prática comum no campo cultural, que, na maioria das vezes, apresenta ações mais pontuais e restritas a um curto espaço de tempo. Esse aspecto é perceptível nas políticas culturais formuladas pelos governos, geralmente desenvolvendo planos e programas que acompanham a gestão do governante, sem previsão de continuidade das políticas, após a mudança do dirigente. Duas experiências, a do Brasil e a da Colômbia, servem de exemplo que se contrapõe a esta realidade. Os dois países propõem a formulação de

---

<sup>1</sup> Professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo. Contato: paula.fr@gmail.com.

As análises aqui presentes são parte da tese desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA.

Planos Nacionais de Cultura (PNC), com a duração de dez anos, período que excede uma determinada gestão governamental.

A Colômbia está adiante neste processo. O país colocou em prática o seu Plano Nacional de Cultura, entre os anos de 2001 a 2010, e tem a possibilidade de analisar os resultados e prever novas estratégias para o setor cultural do país. A proposta do PNC do Brasil surgiu em 2000, mas sua aprovação ocorreu somente em 2010, estando em vigência no período de 2011 a 2020.

A seguir, analisamos os planos desenvolvidos em cada país, procurando estabelecer uma comparação das duas políticas.

### **O Plano Nacional de Cultura colombiano**

Entre os antecedentes do PNC colombiano podemos destacar alguns momentos e fatos importantes. Na segunda metade do século XX, o governo da Colômbia realizou reformas políticas e administrativas importantes, que se destacam na história do país. No setor cultural, através do decreto nº 3154, de 26 de dezembro de 1968, o Instituto Colombiano de Cultura (Colcultura) e o Conselho Nacional de Cultura foram criados, ambos ligados ao Ministério de Educação. O Colcultura, organizado pelo decreto nº 994, de 10 de junho de 1969, era o órgão responsável pelas políticas culturais do governo. Ao Instituto cabia “a elaboração, o desenvolvimento e a execução dos planos de estímulo e fomento às artes e às letras, o cultivo do folclore nacional, o estabelecimento de bibliotecas, museus e centros culturais e outras atividades no campo da cultura” (COLÔMBIA, DECRETO 994, 1969, Artigo 4º, Tradução nossa).

A criação do Colcultura e do Conselho de Cultura foram momentos importantes do processo de institucionalidade da cultura colombiana, que culminaria na criação de um ministério próprio, em 1997. O Colcultura reuniu diversas instituições culturais existentes, tais como o Teatro e o Museu Nacional, e as agregou em torno das três subdireções que compunham o instituto: Patrimônio, Comunicações Culturais e Belas Artes.

Outro antecedente importante do processo de institucionalização da política cultural colombiana é a formulação de uma nova Constituição Federal para o país. Em 1991, é promulgada uma nova constituição na Colômbia, gerando uma nova concepção de Estado e novos desafios diante da cultura. A constituição anterior datava de 1886.

Segundo o ex-ministro Juan Luis Mejía, esse é um dos marcos da política cultural colombiana:

A política cultural é uma antes e outra depois desde a Constituição de 1991. O que tínhamos antes? Tínhamos uma política cultural sob uma institucionalidade pensada para um país homogêneo culturalmente, um país que se havia estruturado ao redor de um mito falso de ser um país branco, cristão, que só falava espanhol. (MEJÍA, 2012, Tradução nossa)

Um dos grandes marcos da Constituição de 1991 é justamente o reconhecimento da diversidade cultural do país e da obrigação do Estado diante da cultura. Segundo BRAVO (2008, p. 215, Tradução nossa), nela são destacados conceitos culturais básicos, tais como “pluriétnicidade e pluriculturalidade, liberdade de criação, relações entre cultura e desenvolvimento e obrigatoriedade, portanto, de incluir a cultura no planejamento do desenvolvimento, relevância do papel do Estado na relação com o patrimônio cultural, entre outros aspectos”. Para a autora, “a Constituição de 1991 é o fato político cultural de maior transcendência”.

Como resultado das novas exigências e responsabilidades do Estado frente à cultura é aprovada a *Lei Geral da Cultura* da Colômbia (nº 397, de 07/08/1997), que dita as normas sobre o patrimônio cultural, fomentos e estímulos à cultura. Outro ponto importante da lei é a criação do Ministério da Cultura e a extinção do Colcultura.

Apesar da *Lei Geral da Cultura* ter sido discutida amplamente, antes da sua aprovação, registram-se discordâncias e oposições importantes. A criação de um ministério específico para a cultura não foi algo desejado por todos ou isento de tensões. Primeiro, havia um paradoxo pertinente ao período em que se observava uma Constituição que dava mais responsabilidades ao Estado, ao mesmo tempo em que a década de 1990 pregava políticas neoliberais, exigindo estruturas mais enxutas e uma atuação mínima do governo. Havia também a desconfiança em relação ao dirigismo do Estado no âmbito cultural, pois alguns grupos acreditavam que esta não deveria ser uma área de atuação do governo. Cabe destacar, ainda, a oposição de um grupo importante de intelectuais, liderados por Gabriel García Márquez, “máximo expoente das letras colombianas, figura mundial da literatura [...], não considerava conveniente sua criação pelo temor da burocratização e a intervenção do governo na cultura” (BRAVO, 2008, p. 297, Tradução nossa).

Diante dos antecedentes destacados, percebe-se a importância da década de 1990 para as políticas culturais da Colômbia. Há uma maior institucionalidade da cultura no âmbito governamental e a construção de políticas participativas, envolvendo processos de escuta. Todo este cenário é fundamental para a formulação do Plano Nacional de Cultura, em vigência entre os anos de 2001 e 2010.

O tema do PNC da Colômbia foi: *Para uma cidadania democrática cultural: Um plano coletivo desde e para um país plural*. Este tema é um reflexo de todo o momento anterior pelo qual passou o país, em busca do reconhecimento da diversidade cultural ali existente e de um Estado mais participativo.

Segundo o ex-ministro da Cultura Luis Mejía,<sup>2</sup> o PNC teve como inspiração os *Cabildos Culturais* do Chile, programa desenvolvido entre 1999 e 2002, através de encontros realizados em âmbitos local, regional e nacional, para pensar e discutir o desenvolvimento cultural do país.

A elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC) da Colômbia levou cerca de um ano, processo que evoluiu: i) *Convocatórias cidadãs* – reuniões setoriais e consultas à sociedade civil, reunindo cerca de vinte e três mil pessoas; ii) *Convocatória do Ministério da Cultura* – condizendo com todo o esforço de mobilização necessário, interna e externamente ao órgão; e iii) *Convocatória do Conselho Nacional de Cultura* – compondo, junto com o MINC, a comissão mista responsável por analisar as consultas cidadãs e finalizar o Plano.

A estrutura final do documento do Plano Nacional de Cultura é assim composta: 1. Propósito do PNC; 2. Natureza do PNC; 3. Considerações históricas e sociais; 4. Princípios gerais; 5. Campo das políticas; 6. Orientações do PNC; e 7. Etapas para execução.

O *Campo das políticas* é onde se apresentam as propostas para o setor cultural, divididas em três áreas: *Participação; Criação e memória e Diálogo cultural*. As análises acerca deste campo se encontram mais adiante.

O PNC colombiano não possui indicadores claros sobre as metas e os resultados esperados para o decênio de sua vigência. Ainda assim, foi feito um esforço para demonstrar os avanços culturais possibilitados ao país, a partir da sua execução. Tais resultados foram disponibilizados em 2010, através da publicação *Gestión del*

---

<sup>2</sup> No que se refere à formulação do PNC, destaca-se a gestão do ex-ministro da cultura Juan Luis Mejía Arango, à frente do cargo nos anos de 1999 e 2000. Mesmo o plano sendo finalizado somente em 2001, pode-se afirmar que ele foi o grande incentivador da formulação do mesmo.

*Ministerio de Cultura en el marco del Plan Decenal 2001-2010: Elementos de Evaluación.* Clara Mónica Zapata (2012), que coordenou o processo de avaliação do PNC, salienta justamente a falta de indicadores como um dos grandes desafios a serem enfrentados para a elaboração da metodologia de avaliação do Plano.

No final do documento de avaliação, há recomendações e propostas para a próxima década. Mas em nenhum momento se fala na elaboração de um novo plano decenal, que, até então, não figura entre as ações do MINC. A seguir, discutiremos o processo de formulação do PNC brasileiro.

### **O Plano Nacional de Cultura brasileiro**

O Plano Nacional de Cultura brasileiro demonstra um percurso que envolve um amadurecimento das políticas públicas de cultura, desenvolvidas especialmente a partir dos anos de 1930, quando o Estado começa a realizar ações, de forma mais planejada, para o setor cultural.

Nesse histórico nacional, ressalta-se o período da ditadura militar (1964-1985), em que o Estado demonstra grande preocupação em desenvolver planos nacionais para o setor. O Conselho Federal de Cultura, criado em 1966, chegou a apresentar algumas propostas, nos anos de 1968, 1969 e 1973, mas nenhuma delas foi posta em prática (CALABRE, 2009). Somente em 1975, na gestão do Ministro da Educação e Cultura Nei Braga, durante o governo Geisel (1974-78), houve a aprovação da primeira Política Nacional de Cultura. São visíveis as diferenças entre esta política e o PNC atual, resultantes do momento político e social vivido então.<sup>3</sup>

É também na década de 1970 que observamos o fortalecimento da institucionalidade cultural, no interior do Estado, a partir da criação de inúmeras instituições que resultaram na criação do Ministério da Cultura, em 1985, e em sua consolidação gradual, traçada continuamente até os dias atuais. Estes são alguns exemplos de antecedentes que possibilitaram a reivindicação de um amplo plano de cultura, que levou dez anos até ser aprovado, conforme veremos a seguir.

O Plano Nacional de Cultura foi uma iniciativa apresentada à Câmara dos Deputados, no dia 29 de novembro de 2000, através da Proposta de Emenda à

---

<sup>3</sup> Ver REIS, Paula. Políticas Nacionais de Cultura: o documento de 1975 e a proposta do governo Lula/Gil. In: **Políticas Culturais em Revista**, v. 2, n. 1, p. 73-90, 2008.

Constituição (PEC nº 306), de autoria dos deputados federais Gilmar Machado (PT – MG) e Marisa Serrano (PSDB – MS).

Apesar da proposta ter surgido em 2000, nos documentos do Ministério da Cultura que descrevem o processo de elaboração do PNC, este histórico é recuperado somente a partir de 2003, e não é por acaso que isso acontece. Este é o ano em que se inicia o mandato do então presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011) e o MINC passa a assumir o PNC como uma prioridade, buscando se articular com a Câmara dos Deputados e trabalhar para a sua aprovação.

Ele [o Plano] é fruto da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara. Então surgiu aqui e depois o Ministério incorporou. Quando Gil e o presidente Lula assumem, eles absorvem, já que fez parte do programa do presidente Lula na campanha de 2002. O plano fez parte como o governo assumiria que ia aprovar, tanto é que veio a Emenda Constitucional quando o presidente Lula assumiu. Então aquela proposta que era minha, que era de um grupo de pessoas da Comissão de Educação e de várias pessoas do Brasil que vieram participar, depois passou a ser parte de um programa do governo do presidente Lula. E depois do programa de 2007. (MACHADO, 2007)

Podemos, contudo, nos questionar sobre os motivos para que o Plano Nacional de Cultura, por se tratar de um tema essencial para o setor cultural, tenha levado tanto tempo sem a participação e o envolvimento efetivos do principal órgão gestor de cultura do país: o MINC. O único registro encontrado, que faz referência à atuação do então ministro Francisco Weffort, foi o relatório da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 306. No documento, é citada a convocação de Weffort e seus secretários para participarem de uma audiência pública na Comissão de Educação e Cultura, no dia 20 de março de 2002, em que compareceram o então Ministro, o Secretário do Livro e Leitura, Ottaviano Fiori, o Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, Octávio Brito, o Secretário da Música e Artes Cênicas, Humberto Braga, e o Secretário do Audiovisual, José Álvaro Moisés. Todos defenderam a criação do Plano. Segundo Weffort, o Brasil já estaria maduro para ter um PNC, “porque nós já chegamos a certas convicções sobre os grandes objetivos da cultura que são de alcance nacional e que vão além de quaisquer diferenças de natureza política, partidária, ideológica, regional ou o que seja” (RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DA PEC 306, 2002, p. 3 e 4).

Apesar da defesa da criação do PNC, não foi encontrado nenhum outro registro ou mobilização que indicassem iniciativas do MINC para contribuir com a implantação ou

a aprovação do Plano naquele período. Devemos atentar, também, para o fato do documento acima ser de 2002: passaram-se dois anos após a proposição da PEC 306 e este era o último ano de governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Para esse pouco envolvimento da gestão de Weffort, podemos supor algumas hipóteses. A primeira delas, talvez a principal, relaciona-se com a redução das responsabilidades do Estado, em um período influenciado pelas prerrogativas neoliberais assumidas pelo então presidente FHC. A ideia de Estado-mínimo estava presente em todos os campos do governo, inclusive no setor cultural. Na gestão de FHC, a condução da cultura estava à mercê da lógica de mercado, e isso não estava em desacordo com os princípios daquela gestão governamental, como um todo.

A segunda questão está associada a uma possível falta de articulação do Ministério, com as demais estruturas do governo e a sociedade, o que nos leva a questionar, inclusive, a representatividade social e política do próprio MINC, naquela época. O surgimento da proposta de um Plano é um indício importante, nascido de um encontro nacional, realizado no interior da Câmara Federal de Deputados.

A terceira questão está vinculada à limitação do conceito de cultura, nas iniciativas práticas do governo daquela época. As ações culturais na gestão do ministro Weffort priorizavam as artes, o patrimônio e a leitura. Assim, é de se esperar que elaborar um Plano de longo prazo, que envolvesse outras dimensões culturais, dificilmente seria uma prioridade ou um assunto que despertasse o interesse daquela gestão.

Mas, apesar da Câmara dos Deputados ter conduzido as primeiras ações para a implantação do PNC, são reconhecidos os esforços posteriores feitos em conjunto com o MINC, a começar pela aprovação da PEC 306, que se transformou na Emenda Constitucional (EC nº 48) e instituiu o Plano Nacional de Cultura, em 2005. É preciso ressaltar, ainda, que toda a mobilização nacional, a estruturação e a elaboração de conteúdos foram lideradas pelo Ministério da Cultura.

A lei que regulamenta o PNC foi aprovada em 2010 (Lei nº 12.343, de 02/12/2010), após quatro anos em tramitação no governo, através do Projeto de Lei (PL nº 6835 de 2006). Antes disso, o Ministério da Cultura divulgou duas edições do documento que seria a base do texto do PNC: o primeiro, em 18 de dezembro de 2007, e o segundo, em agosto de 2008, após a revisão feita pelo Conselho Nacional de Política

Cultural (CNPQ), órgão vinculado ao MINC e composto por representantes públicos e da sociedade civil.

O plano aprovado conta com a seguinte estruturação: 1. Disposições preliminares; 2. Atribuições do poder público; 3. Financiamento; 4. Sistema de monitoramento e avaliação; 5. Disposições Finais; 6. Diretrizes, estratégias e ações. Este último item é composto por 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações inseridas em cinco áreas: I – Estado; II – Diversidade; III – Acesso; IV – Desenvolvimento sustentável; V – Participação social.

Diante da forte crítica em relação ao documento das Diretrizes Gerais do PNC e ao plano aprovado por lei, pois ambos não deixam claros os objetivos e os resultados pretendidos para o setor cultural brasileiro, nos seus dez anos de vigência, o MINC reestruturou as propostas do PNC, agrupando as 275 ações em 48 metas. No período de 21 de setembro a 28 de outubro de 2011, as metas foram disponibilizadas para consulta pública, através da internet, e em encontros participativos, realizados em diferentes regiões. Ao final, 53 metas foram consolidadas.

### **Alguns pontos de análise – comparativo Brasil e Colômbia**

Os Planos Nacionais de Cultura do Brasil e da Colômbia apresentam muitos aspectos passíveis de comparação. É interessante, por exemplo, pensar que as duas propostas surgiram no mesmo ano, em 2000, mas a Colômbia já finalizou e pôs em prática o seu PNC, enquanto a vigência do plano brasileiro começou apenas em 2010. O ano de surgimento das propostas é apenas uma das semelhanças apresentadas, havendo outras que podem ser comparadas. Contudo, também existem divergências resultantes das realidades sociopolíticas e culturais dos dois países, bem como do processo de elaboração de cada plano.

Inicialmente, podemos realizar um paralelo através da trajetória que envolveu o processo de criação dos planos até a sua aprovação. Conforme dito anteriormente, a proposta das duas políticas surgiu no ano de 2000, mas apresentou processos bastante distintos. Enquanto na Colômbia a ideia do plano nasceu no âmbito do Ministério da Cultura, especialmente a partir do incentivo do então Ministro Juan Luis Mejía, inspirado na experiência dos *Cabildos Chilenos*, no Brasil, a proposta surge de um encontro promovido pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal de



Deputados: a *I Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto*, realizada em 2000.

Apesar de terem surgido em estruturas distintas, é fato que o Ministério da Cultura dos respectivos países foi o principal formulador dos conteúdos e da estrutura apresentados pelos planos. Como vimos, a proposta do PNC brasileiro só é realmente levada adiante, a partir de 2003, com a mudança da gestão presidencial e ministerial. Até então, não há relatos de interesse ou prioridade apresentados pelos gestores.

É importante relatar que este processo de produção de conteúdos e estrutura contou, nos dois países, com a participação do Conselho de Cultura e da sociedade civil, demonstrando uma preocupação em escutar grupos sociais/setoriais, e pensar estratégias através de convocações abertas a todos os interessados.

Um aspecto a ser ressaltado nesse processo de mobilização foi o tempo de elaboração e execução das propostas apresentado nos dois países. Enquanto a Colômbia teve um processo que durou dois anos, considerando o surgimento da proposta até o início da vigência do seu PNC, no Brasil, este se desenvolveu ao longo de dez anos. Esse período, de alguma forma, se relaciona com a forma como os dois planos foram estruturados e o contexto de cada país.

No Brasil, a proposta nasce a partir de um desejo de mudança na Constituição Federal. Esse é um caminho que, por si só, exige um tempo maior de finalização. Neste processo, observamos cinco anos para a aprovação da EC nº 48, adicionando o terceiro parágrafo ao artigo 215 da Constituição Federal brasileira, afirmando que uma lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura. Mais cinco anos foram necessários até a aprovação desta lei (nº 12.343/2010), que regulamenta o PNC. Outra legislação importante foi a publicação da Portaria nº 123, de dezembro 2011, que divulga as 53 metas do plano.

Além do tempo de aprovação da legislação pertinente ao PNC brasileiro, verificamos uma instabilidade no processo político-cultural, envolvendo a sua formulação. O momento inicial é marcado pelo desinteresse pela proposta, que é colocada como prioridade somente a partir de 2003, com o início do mandato presidencial de Lula, que nomeia o cantor Gilberto Gil como Ministro da Cultura.

Apesar do período necessário à tramitação legislativa, podemos pensar que o período de dez anos para finalizar o PNC no Brasil foi excessivo, representando um risco para a sua elaboração. Nestes dez anos, o país contou com dois Presidentes da

República e três Ministros da Cultura. Considerando-se o período de finalização das metas do PNC, em 2011, acrescenta-se mais uma ministra, Ana de Hollanda (2011-2012), totalizando quatro gestores distintos. Sabemos que a mudança de gestão, muitas vezes, ocasiona o abandono de políticas e a mudança das orientações do governo. Isso poderia resultar na desistência do PNC. Um dos fatores que contribuiu para que isso não ocorresse foi a reeleição de Lula, dando continuidade às diretrizes e propostas políticas para o setor cultural. Depois de Lula, tem-se a presidente Dilma Rousseff, que segue a orientação política anterior.

Além do prosseguimento observado, cabe ressaltar que se o PNC foi mantido, apesar do longo período de aprovação e elaboração, é porque a política sinaliza que alcançou certa maturidade e o tema possui pertinência em relação aos seus objetivos. De outra forma, a sua manutenção não teria sentido.

Na Colômbia, percebemos um processo inverso. Em apenas dois anos, foi feita toda a mobilização nacional e a aprovação do conteúdo do plano. Apesar do prazo comparativamente menor, percebemos uma instabilidade na gestão ministerial. Neste período, a Colômbia teve um Presidente da República e três Ministros da Cultura. No período de vigência do Plano, a rotatividade continua: três presidentes e seis ministros, em dez anos.

A instabilidade dos gestores dificultou a condução do PNC. Apesar disto, a política foi mantida. Esse é um ponto importante. O que nos questionamos é até que ponto, na prática e no cotidiano ministerial, o PNC conseguiu se sustentar. Na Colômbia, isso não parece ter ocorrido de forma sólida, visto as dificuldades em avaliar os resultados e a resistência da atual ministra em elaborar um segundo plano.

A Colômbia não possui uma legislação que aprove o Plano Nacional de Cultura, constitucionalmente ou através de outros meios legais. A publicação do PNC e o Conpes 3162<sup>4</sup> são os principais registros documentais da política. O Conpes 3162 foi aprovado em 10 de maio de 2002, dando diretrizes para a sustentabilidade do Plano Nacional de Cultura, a partir de duas linhas de atuação: fortalecimento do MINC e reorganização do setor cultural.

A tabela a seguir resume, comparativamente, os principais aspectos relacionados ao processo de surgimento e aprovação do PNC, no Brasil e na Colômbia:

---

<sup>4</sup> Criado em 1958, o Conselho Nacional de Política Econômica e Social (Conpes) reúne o alto escalão do governo, sendo a instância máxima de planejamento do país. Sob a coordenação do Presidente da República, assessora o governo através do estudo e da aprovação de documentos sobre o desenvolvimento de políticas.

<b>TABELA 46 - Comparativo PNC Brasil e Colômbia: Processo de Formulação</b>		
<b>Referência</b>	<b>Colômbia</b>	<b>Brasil</b>
<b>Órgão proponente do PNC</b>	Ministério da Cultura	Comissão de Educação e Cultura: Câmara Federal de Deputados
<b>Órgão formulador dos conteúdos/estrutura do PNC</b>	Ministério da Cultura	Ministério da Cultura
<b>Participação do Conselho de Cultura</b>	Sim	Sim
<b>Participação social</b>	Sim	Sim
<b>Surgimento da proposta (PNC)</b>	2000	2000
<b>Aprovação do PNC</b>	2001	2010
<b>Período entre o surgimento e a aprovação da proposta (PNC)</b>	02 anos	10 anos
<b>Período de vigência</b>	10 anos (2001-2010)	10 anos (2010-2020)
<b>Nº de Presidentes (Período de elaboração / aprovação)</b>	01	02*
<b>Nº de Ministros (Período de elaboração / aprovação)</b>	03	03**
<b>Legislação</b>	Conpes 3162/2002	Emenda Constitucional nº48/2005 Lei nº 12.343/2010 Portaria nº123/2011
<b>Estágio atual</b>	Finalizado	Em execução

Fonte: Elaboração própria. \* Desconsiderando, aqui, a aprovação das metas do PNC em 2011. Neste caso, teríamos três Presidentes da República. \*\*Idem ao anterior. Neste caso, teríamos quatro Ministros da Cultura.

Como se observa, há muitas similaridades em relação ao surgimento das duas propostas: surgiram no mesmo ano; o período de vigência dos dois planos é de dez anos; houve processo de escuta política e social; houve coordenação da estrutura e dos conteúdos produzidos pelo MINC; e ambos caracterizam o PNC como uma política de Estado.

Na publicação das metas do PNC do Brasil, afirma-se que o plano “traduz a complexidade de desejos do campo da cultura e se configura como um planejamento de longo prazo, uma política pública de Estado que deve ultrapassar conjunturas e ciclos de governos” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012, p. 10). O Plano Nacional de Cultura da Colômbia afirma que “se constitui em uma política de Estado na medida em que permite orientar, garantir e estimular as ações de maneira planejada, articulada, coordenada e com uma visão de longo prazo que garanta as condições e mecanismos